RESUMO

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre as crianças que apresentam transtorno global de desenvolvimento. Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) representam uma categoria na qual estão agrupados transtornos que têm em comum as funções do desenvolvimento afetadas. É importante compreender que nem todos os estudantes diagnosticados com algum tipo de transtorno mental são estudantes da Educação Especial – área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento. Nessa categoria, estão incluídos os alunos com diagnóstico de autismo, Síndrome do Espectro Autista (Asperger), Transtorno Desintegrativo da Infância (psicose) e Transtorno Invasivo de Desenvolvimento - sem outra especificação.

Palavras-Chave: Transtorno Global de Desenvolvimento; Inclusão; Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to reflect on children who have pervasive developmental disorders. Pervasive Developmental Disorders (PDD) represent a category in which disorders that have affected developmental functions in common are grouped. It is important to understand that not all students diagnosed with some type of mental disorder are students of Special Education - area of Global Developmental Disorders. This category includes students diagnosed with autism, Autistic Spectrum Syndrome (Asperger), Childhood Disintegrative Disorder (psychosis) and Pervasive Developmental Disorder - not otherwise specified.

Keywords: Pervasive Developmental Disorder. Inclusion. Learning

INTRODUÇÃO

A educação sempre foi marcada por processos históricos e culturais que conduzem e guiam modelos de instrução nas famílias, comunidades, escolas e atualmente, pode-se pensar também em ambientes fora dela. Os padrões de ensino tradicionalmente foram ao longo dos tempos passando por diversas alterações e junto com essa evolução a inclusão foi implantada dentro das escolas com o intuito de garantir a interação dos indivíduos com necessidades especiais.

Nos dias atuais, trabalhar com a inclusão não é só incluir o aluno dentro de uma sala de aula, é, acima de tudo dar a esse aluno oportunidade de preparalo para o convívio social, tanto no aspecto humano, quanto no aspecto profissional. Hoje as leis impõem a garantia uma porcentagem de 5% no quadro de vagas para a contratação de pessoas deficientes em todas as empresas, o que obriga as instituições a terem uma educação de qualidade para todos sem exceção.

Dentro do tema escolhido surge a necessidade de averiguar como as escolas têm trabalhado a inclusão para desenvolver conhecimentos. Partindo da hipótese que as escolas estão trabalhando a inclusão apenas num processo de interação dos alunos com necessidades especiais na sociedade. Esse trabalho tem como objetivo buscar sugestões que possam ajudar as escolas e os professores a obterem maiores informações de como desenvolver por meio da inclusão conhecimentos que possam ser interessantes para o aluno incluso. Usaremos a pesquisa bibliográfica, por intermédio de livros, artigos e material de internet, embasado em vários autores com grandes conhecimentos sobre o tema escolhido.

HISTÓRICO DA INCLUSÃO NO BRASIL

A inclusão surgiu no Brasil, devido às famílias com filhos com necessidades especiais terem dificuldades em lidar com essa situação e de buscar formas para interagir os deficientes na sociedade. A primeira lei que veio a dar um suporte foi à constituição de 1824.

Segundo essa afirmação:

O que temos é a Constituição Brasileira de 1824 registrando o "compromisso" com a gratuidade da instrução primária "a todos os cidadãos" e com a criação de colégios e universidades "onde serão ensinados os elementos da ciência, belas-letras e artes". No entanto, o grupo de "todos os cidadãos" não incluía a massa de trabalhadores, que em sua maioria era escrava, e certamente também não dizia respeito às pessoas com deficiências. (KASSAR, 2004, p. 21)

Dessa forma foi que a partir do século XVI, foram criadas as santas casas de misericórdias, vindo da origem portuguesa, que atendiam crianças pobres e abandonadas. Foi na cidade de São Paulo que surgiu o hospital que acolhia crianças de até sete anos de idade, entre elas as chamadas crianças especiais.

No começo do século XX, segundo Jannuzzi (2006) começaram a surgir alguns indicadores do interesse da sociedade pela educação dos deficientes, mediante os tra-

balhos científicos e técnicos publicados, primeiramente pelos médicos. Esses trabalhos tiveram início em 1900 por meio de apresentação de monografias no IV Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia.

A primeira escola para crianças especiais foi o pavilhão Bourneville em 1903 no Rio de Janeiro.Percebemos que esses pavilhões anexos aos hospitais psiquiátricos, nascidos sob a preocupação médico-pedagógica, mantém a segregação desses deficientes, continuando, pois a patentear e a institucionalizar a segregação social, mas não apenas isso.

Há a apresentação de algo esperançoso, de algo diferente, alguma tentativa de não limitar o auxílio a essas crianças apenas ao campo médico, à aplicação de fórmulas químicas ou outros tratamentos mais drásticos. Já era a percepção da importância da educação; era já o desafio trazido ao campo pedagógico, em sistematizar conhecimentos que fizessem dessas crianças participantes de alguma forma de vida do grupo social de então. (JANNUZZI, 2006, p.38)

Percebe-se por meio da afirmação da autora, que o processo de inclusão já vem se arrastando há muito tempo, e que desde 1900, já havia indícios de dar atenção às crianças com necessidades especiais no aspecto de promover a educação dentro do processo hospitalar.

Percebe-se que nos relatos da história da educação no Brasil, a educação especial desenvolveu-se de uma forma a ser comparada a um apêndice no sistema de ensino, em que foi incluído na educação especial um caráter mais assistencialista.

Nesse sentido, cabe alertar que, tanto na literatura educacional quanto em documentos técnicos, é frequente a referência a situações de atendimento a pessoas deficientes (crianças e/ou adultos) como sendo educacionais, quando uma análise mais cuidadosa revela tratar-se de situações organizadas com outros propósitos que não o educacional.(MAZZOTTA, 1996, p. 15)

Dessa forma, fica evidenciado que a educação especial foi criada num propósito de atender os indivíduos patológicos, e pode até ser encontrada por meio das políticas educacionais relatos de práticas e atitudes consideradas em algumas situações de exclusão.

ALGUNS DOCUMENTOS E ASPECTOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA INCLUSÃO

Na primeira metade do século XX, ou seja, antes de 1950, de acordo com Mazzotta (1996) havia quarenta estabelecimentos públicos de ensino regular que ofereciam atendimento escolar especial a diferentes intelectuais. Segundo o autor, nesse período surgiram várias instituições de educação especial em diversas cidades do Brasil como: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Campinas.

Com o crescimento da industrialização, a partir de 1930 houve uma grande expansão das capitais, proporcionando a preocupação com a escolaridade da população e fazendo com que fosse registrado na Constituição Brasileira de 1934.

Na década de 40, surgem as primeiras associações de pais e amigos dos excepcionais- APAE, no Rio de Janeiro. Podemos apontar como fator que colaborou para a atenção dispensada à educação especial na LDB de 1961 o ingresso de parte da população economicamente menos favorecida à escolarização, decorrente ao aumento crescente de escolas públicas em relação ao número de habitantes. A partir desse momento, evidencia-se a preocupação dos poderes públicos com os "problemas de aprendizagem" e com a educação especial propriamente. (KASSAR, 2004, p. 28).

Percebe-se que por meio dessa afirmativa, que a criação da LDB foi essencial para implementação nas escolas públicas de uma modalidade de educação que passa a atender os portadores de educação especial para todos os alunos e uma preocupação dos poderes públicos em proporcionar condições de aprendizagem a todos.

Mazzotta (1996) destaca que a participação das pessoas com deficiência no planejamento e execução de serviços destinados a elas é um desafio que se coloca para uma sociedade que objetiva ser democrática.

Pode ser constatado por meio dessa afirmativa que as conquistas são grandes quando envolve a participação das pessoas com deficiências na execução de atividades, isso teve um grande avanço por meio, de leis como o estatuto da criança e do adolescente – ECA a constituição de 1988 e a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB Lei nº 9.394/96.

Isso mostra que em termos de aparato as leis existem, mas há uma divergência enquanto de quem é a responsabilidade na hora de educar: Estado ou família? Como podemos observar na citação a seguir há uma divergência em torno de quem responsabilizar.

Podemos dizer que há, nesse momento, uma inversão dos papéis do Estado e da família diante da responsabilidade do oferecimento da educação. Em outras palavras, parece haver no texto da legislação educacional um certo "distanciamento" do Estado em relação a esse "dever". (KASSAR, 2004, p.34)

A UNESCO solicitou em 1968, que um grupo de especialistas fizesse uma pesquisa em quatro países considerados avançados no aspecto de educação especial naquela época e apresentasse um relatório sobre o assunto. Esses países foram: Suécia, Rússia, Estados Unidos e Uruguai.

Segundo a UNESCO (1968) a opinião do grupo é que as políticas nacionais adotadas em matéria de educação especial devem orientar-se a assegurar a igualdade de acesso à educação e a integrar a todos os cidadãos na vida econômica e social da comunidade. Os objetivos da educação especial destinados às crianças com deficiências mentais, sensoriais, motoras ou afetivas são muito similares aos da educação geral, quer dizer: possibilitar ao máximo o desenvolvimento individual das aptidões intelectuais, escolares e sociais. Os membros do grupo apontaram que o ideal seria poder estabelecer um plano de educação para cada criança desde a mais tenra idade, dotando aos programas da flexibilidade conveniente para cada caso.

De acordo com os resultados obtidos pelo grupo dos especialistas que fizeram a pesquisa, a política da educação deve ser pautada no aspecto pedagógico buscando contrapor essa característica clínica criada no Brasil para educação especial.

Outro órgão que muito contribui para a inclusão é a Organização das Nações Unidas (1993), pois o documento "Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência" aponta no parágrafo 24:

"O processo mediante o qual o meio físico e os diversos sistemas existentes no seio da sociedade, tais como serviços, atividades, informação e documentação, são postos à disposição de todos, sobretudo das pessoas comdeficiências". (ONU,1993, p. 4)

A sociedade é obrigada a se adaptar com o processo da inclusão, em que é promovido e garantido a autonomia, a independência e o empowerment, e dessa forma garantindo a equiparação de oportunidades a todos os alunos especiais. Diante disso, é necessário entender o conceito dessas palavras.

Autonomia de acordo com Sassaki (1997) "é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce". Ou seja, segundo o autor as pessoas se confundem com os termos de autonomia e independência, pois são considerados por muitos como sinônimo.

Segundo Sassaki (1997) "independência é a capacidade de decidir sem depender de outras pessoas, como por exemplo, família e/ou profissionais especializados". Dessa forma, é evidente que o ideal é que se crie na inclusão condições para que haja autonomia e independência a todos os inclusos.

Para Sassaki (1997) Empowerment "é o processo pelo qual uma pessoa, ou um grupo de pessoas, usa seu poder pessoal inerente a sua condição – por exemplo, deficiência, gênero, idade, cor – para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo assim o controle de sua vida". De acordo com o autor, a palavra "empowerment" pode ter como sinônimo "empoderamento".

O documento da ONU nos parágrafos 25,26, e 27 preveem o princípio de igualdade de direitos de todos os indivíduos e o dever da sociedade em dar oportunidade para que possa vir a garantir esses direitos.

Do princípio da igualdade de direitos decorre que as necessidades de toda e qualquer pessoa têm igual importância, que essas necessidades devem constituir a base do planejamento das sociedades e que todos os recursos devem ser entregues por forma a garantir que a todos sejam concedidas as mesmas oportunidades de participação.

As pessoas com deficiências são membros da sociedade e têm direito a permanecer nas suas comunidades locais. Devem receber o apoio de que necessitam no âmbito das estruturas regulares de educação, saúde, emprego e serviços sociais.

À medida que as pessoas com deficiência alcançam a igualdade de direitos, devem também ficar sujeitas às mesmas obrigações. À medida que as pessoas com deficiência vão alcançando o gozo desses direitos, as sociedades devem esperar cada vez mais delas. Como parte de processo de realização da igualdade de oportunidades, deve providenciar-se no sentido de ajudar as pessoas com deficiências a assumir a sua plena responsabilidade como membros da sociedade.(ONU, 1993, p. 5).

De acordo com a afirmativa desse documento da ONU, fica evidente que a sociedade tem um papel fundamental para o sucesso na inclusão das pessoas com deficiência ou necessidades especiais. É necessário dar a oportunidade deles de caminhar sozinho, tendo o apoio de outras pessoas, mas sem impedir que eles se sintam valorizados e responsáveis pelo seu trabalho e pelos seus atos no cotidiano.

CONCEITOS SOBRE AS VÁRIAS ÁREAS DE INCLUSÃO

A inclusão era tida como algo impossível na era antiga, principalmente pelos gregos, por isso, dará algumas definições de inclusão.

Começamos com a definição de algumas palavras como: Norma e Anomalia,como se define o autor Mir (2004) "Norma" de

origem etimológica latina que quer dizer “Esquadro”, ou seja, a normalidade seria um estado comum e habitual e qualquer situação que torne uma ameaça para o estado pode ser considerado uma anomalia.

Anomalia advém da palavra grega Ómolos que significa desigual, escabroso. O Ómolos é o irregular, o rugoso, o sem lei, o sem valor para manter a ordem no cosmos é necessário excluir todos os Ómolos.

Compreende-se assim, a razão pela qual, na antiguidade, a matança de crianças deficientes era encarada como um procedimento natural. Elas não tinham lugar na ordem social estabelecida. (MIR, 2004, p. 195).

Atualmente essa situação é muito diferente, pois as leis atuais buscam uma interação dos deficientes nas escolas públicas com o intuito de promover a igualdade a todos de forma inclusiva e satisfatória.

A inclusão refere-se ao incluir alunos com uma quantidade de necessidades especiais, pois a deficiência pode ser permanente ou uma incapacidade.

II- deficiência permanente – aquela que ocorre ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III- incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (Brasil. Decreto nº 3.298, 1999, p.1).

Depois em 2004 houve nova redação neste decreto, em que passou a ser rígido pelo decreto nº 5.296, que define a deficiência como uma divisão de perdas física, auditiva, visual e mental, fazendo assim compreender as Necessidades Educacionais Especiais.

CONCEITO DE ESCOLAS ESPECIAIS

Vamos dar uma definição sobre o que é uma Escola Especial, e qual a sua função perante a sociedade.

Escola especial ou escolas de educação especial, até mesmo instituição de ensino especializado é aquela organizada para atender exclusivamente alunos classificados como “excepcionais”, portanto, como vimos anteriormente, aqueles que “desviam da média usual”.Não atende, portanto, os alunos considerados “normais” (MAZZOTTA,1996, p. 52).

Mas as escolas ou instituições de educação especial, ou escolas especiais, como são identificadas por alguns, podem ter atendimentos diferentes entre si, algumas são especialistas em síndromes, necessidades específicas, enquanto outras optam por trabalhar com todas as necessidades educacionais especiais.

As escolas devem ser preparadas para atender diversos tipos de deficiências,como destaca alguns documentos:

Declaração de Salamanca (1994) “As escolas devem buscar atender adequadamente todos os alunos que possui necessidades educacionais e especiais, destacando que tais necessidades podem ser advindas de deficiência ou dificuldades de aprendizagem”. De acordo com o documento muitas crianças obtêm dificuldades na aprendizagem e com isso, necessitam de atenção especial em alguns pontos no período de sua escolarização.

A INCLUSÃO E SEUS DESAFIOS

Trabalhar a inclusão nas escolas não é um desafio fácil, pois envolve pais, alunos, professores e a sociedade num todo. O primeiro a sentir-se desafiado é o professor que sempre se sente preocupado e com receio de receber alunos especiais, como pode-se observar na citação abaixo:

Os sentimentos dos professores de educação especial e dos professores de educação regular poderiam ser resumidos da seguinte maneira: “Estes alunos sempre foram educados juntos com outros semelhantes a eles. Tanto eles quanto seus professores trabalharam de maneiras fundamentalmente diferentes daquelas que trabalhamos e, o que é muito importante, seus professores têm afiliações diferentes, fontes de recursos diferentes e responsabilidades diferentes das nossas.

Ter esses alunos aqui conosco vai nos desviar do nosso propósito real e destruir nossa rotina. Além disso, não sabemos como ensinar tais alunos. Os dois grupos serão prejudicados; os pais desses alunos jamais irão permitir que isso aconteça, nem os pais dos nossos alunos”. (O'BRIEN e O' BRIEN, 1999, p. 48).

Como constata nessa citação os professores são os que mais resistem a trabalhar a inclusão nas escolas, ainda não pode afirmar que seja despreparo na formação ou falta de adequação e recursos das escolas, mas o que percebe-se é que as instituições de ensino tende a ter grandes desafios para que a inclusão seja trabalhada de forma satisfatória.

A promessa da inclusão total está no tipo de comunidade escolar que se pode de-

senvolver quanto alunos com deficiências importantes revelam ter consciência das dimensões da vida escolar e proporcionam oportunidades, para que todos que dela compartilham, de aprender maneiras mais gratificantes de estar juntos. Evidentemente, os alunos com deficiências importantes não são os únicos professores dessas lições à comunidade, tampouco os únicos beneficiários das escolas que estão dispostas a aprender com eles. (O'BRIEN e O' BRIEN, 1999, p. 52)

De acordo com os autores é de suma importância trabalhar a comunidade num todo, ou seja, a escola tem uma grande influência em desenvolver a cultura dentro da do bairro onde está inserida, e dessa forma desenvolver procedimentos que possam ser benéficos aos alunos inclusos.

A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE DE APOIO

Para que as escolas consigam ter êxito é necessário trabalhar vários fatores internos e externos, a fim de evitar situações desagradáveis que possam surgir no cotidiano, pois trabalhar com a inclusão envolve um grande número de situações e pessoas, nas quais haverá diversas questões para serem resolvidas.

Os princípios da inclusão aplicam-se não somente aos alunos com deficiência ou sob risco, mas a todos os alunos. As questões desafiadoras enfrentadas pelos alunos e pelos educadores nas escolas de hoje não permitem que ninguém se isole e se concentre em uma única necessidade ou em um grupo-alvo de alunos. (SCHAFFNER E BUSWELL, 1999, p. 69).

De acordo com as autoras, a escola não pode se preocupar em trabalhar a inclusão somente com os alunos especiais, é necessário trabalhar principalmente com os outros alunos, em que o papel do professor é essencial, mas muitas vezes a escola necessita da contratação de um facilitador para ajudar os professores em determinadas situações.

O facilitador da inclusão atua, sobretudo, como um locador de recursos, pois não se pode esperar que o professor detenha todos os conhecimentos necessários para satisfazer as necessidades de todos os alunos em uma turma heterogênea.

Tal tarefa pode envolver a localização de material e de equipamento adequados, ou especialistas, consultores, professores e outro tipo de pessoal ligado à escola com especialização em uma determinada área. Por exemplo, o facilitador da inclusão pode ajudar no recrutamento e na organização dos assistentes ou dos ajudantes de turma, como os auxiliares de ensino e os voluntários. (SCHAFFNER E BUSWELL, 1999, p. 75).

Entre as principais atividades desenvolvidas pelos facilitadores estão as de ajudar os alunos inclusos aos quais chamamos de alunos especiais e também os outros alunos. Os facilitadores não devem interceder sem ser necessário, pois o facilitador é um recurso a mais dentro da sala de aula, mas quem determina e atribui todas as formas de espécies de atividades são os professores.

Segundo Schaffner e Buswell (1999) “Aqueles que têm atuado como facilitadores observam que a parte mais difícil do trabalho é saber retirar-se de uma situação quando o aluno começa a obter o sucesso”.

Os facilitadores têm que saber o momento de retirar, sem fazer com que os alunos sintam sua falta de forma notória, pois o facilitador tem como objetivo proporcionar o encorajamento nos seus alunos para que eles construam uma rede natural de amizades.

Outro fator que mais se destaca é a equipe de apoio, que envolve vários setores e profissionais de diversas áreas para atender a demanda de pessoas com necessidades especiais.

Uma equipe de apoio é um grupo de pessoas que reúne para debater, resolver problemas e trocar ideias, métodos, técnicas e atividades para ajudar os professores e/ou os alunos a conseguirem o apoio de que necessitam para serem bem-sucedidos em seus papéis. A equipe pode ser construída de duas ou mais pessoas, tais como alunos, diretores, pais, professores de classe, psicólogos, terapeutas e supervisores. As equipes de apoio podem assumir várias configurações. A equipe de encaminhamento e avaliação de educação especial é um exemplo de uma equipe de apoio do trabalho escolar. Muitas escolas têm equipes interdisciplinares de série e nível que incluem equipes de educação regular e de educação especial, que se reúnem regularmente para planejar o currículo e apoiar todos os alunos daquela série.

Às vezes, são formadas equipes para planejar o espaço físico e o apoio para um determinado aluno ou para a resolução de problemas em torno de um determinado aspecto que exija atenção. (SCHAFFNER E BUSWELL, 1999, p. 74).

Como foi citado acima se percebe que para estruturar uma equipe de apoio são necessários vários profissionais de diversas áreas, onde cada profissional desempenha cada função e juntos são essenciais para alcançar o sucesso. O gestor tem um papel importantíssimo para formar uma equipe de apoio, pois cabe a ele a busca por recursos financeiros e elaborar projetos que possam favorecer a adesão de verbas.

O diretor deve reconhecer sua res-

ponsabilidade de definir os objetivos da escola e de garantir a tomada de decisões, o enfrentamento de desafios e o apoio às interações e aos processos que se compatibilizam com a filosofia da escola. (SCHAFFNER E BUSWELL, 1999, p. 74).

Segundo afirmam os atores acima, o diretor tem como fator primordial garantir que a escola seja capaz de educar com êxito todos os alunos, também proporcionar condições para os professores possam aderir novas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um dos temas mais estudados e discutidos por autores renomados, profissionais de diversas áreas dos campos pedagógicos, psiquiátricos e psicológicos, que envolve diretamente as áreas de educação e medicina. Pode-se constatar que a inclusão está a caminho de ser trabalhada de forma correta principalmente aqui nas escolas brasileiras. Dentro do tema proposto procuramos responder questões sobre como as escolas têm trabalhado a inclusão para proporcionar conhecimentos aos alunos especiais.

O que se constatou é que as escolas estão a caminho do que é necessário para produzir conhecimento aos alunos. Na teoria tudo parece fácil, mas na prática não é o que se depara no cotidiano das escolas. As escolas estão se preparando para receberem os alunos, porém, ainda faltam profissionais capacitados e estruturas adequadas para trabalhar a inclusão de forma satisfatória. Por meio dessa análise fica claro que no que realmente a pesquisa propõe que é, investigar se as escolas são capazes de proporcionar conhecimentos, é evidente que é muito difícil associar o conhecimento de forma significativa aos alunos especiais.

Pode-se perceber que para a inclusão realmente acontecer é necessário muito investimento, seja ele, equipe de apoio, equipe técnica, equipe pedagógica e equipe médica. O professor tem que ter conhecimento e tempo para planejar as aulas de forma significativa, pois para construir conhecimento junto com os alunos especiais é um desafio necessário de abraçar.

Constata-se que a inclusão é muito mais ampla e que as escolas estão a todo tempo sendo desafiadas por diversos fatores, entre eles o de produzir uma aprendizagem significativa aos alunos especiais. Também pode ser constatado que há diversas formas de aprendizagem, e que a aprendizagem comunitária é de suma importância na vida desses alunos, pois envolve o seu cotidiano em partes importantes de como passar numa faixa pedestre, pegar um ônibus, observar e aguardar o sinal de um farol, até mesmo a envolver num projeto dentro de uma empresa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB n.º 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

_____. Decreto nº 3.928, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853,de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado,1988.

Declaração de Salamanca e Linha De Ação Sobre Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: CORDE, 1994

JANNUZZI, G. S. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XX. – 2. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006. – (Coleção educação contemporânea).

KASSAR, M. C. M. Uma leitura de educação especial no Brasil. Caminhos pedagógicos da educação especial. Gaio, R.Meneghetti, R. G. K. (orgs). – Petrópolis,RJ: Vozes, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. –São Paulo: Cortez, 1996.

MIR, L. Guerra civil: estado e trauma. São Paulo: Editora geração, 2004.

Organização das Nações Unidas (ONU). Resolução n.º 48/96 – 20 de Dezembro de 1993. Define as normas para Equiparação de Oportunidades para pessoas com deficiência, 1993.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro:W-VA, 1997.

STAINBACK, S et al. Inclusão. Um guia para educadores / Susan Stainback e William Stainback; tradução Magda França. Lopes – Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.